

ELIO GASPARI



A bagunça dos planos de saúde

A repórter Cláudia Colucci contou o caso de Martha Treco, uma senhora de 102 anos que paga R\$ 9.300 por mês à Unimed e recebeu um aviso de que seu plano de saúde foi cancelado. Griteiro, o episódio foi contornado, mas serve para mostrar a bagunça que vigora nesse mercado, prejudicando dezenas de milhares de pessoas. Vale recapitular:

A senhora é freguesa da Unimed desde 2009 e, no dia 28 de março, recebeu uma carta informando que "apesar de todos os nossos esforços para a manutenção da sua permanência", o plano "será cancelado a partir de 1º de maio de 2024".

Seu filho procurou a empresa e foi informado de que a Unimed estava no direito de cancelar o contrato. Como a Unimed disse numa nota, a empresa cumpre rigorosamente as leis e as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Essa é a verdade, amparada pela ANS. Se uma senhora de 102 anos paga um plano coletivo ou de adesão desde 2009, ela pode ser cancelada, ponto. Não há nada a negociar, nem se oferecem alternativas. Como se chegou às leis e normas que geram situações como essa, é outra história.

Quando a família da senhora procurou a imprensa, o jogo virou. As leis e normas da ANS foram às lavas e a Unimed telefonou avisando que o plano de saúde da senhora seria mantido. Se a repórter não tivesse contado o caso, ele iria para baixo do tapete. Lá está boa parte das 3.848 reclamações contra planos de saúde apresentadas no ano passado à ANS. Num só escritório de advocacia de São Paulo, nos três primeiros meses do ano, os litígios com planos passaram de 42 em 2023, para 119. Pudeira, outra operadora, a Hapvida, já foi apanhada desrespeitando até mesmo liminares da Justiça.

O mercado de operadoras de saúde privadas está povoado por cidadãos profissionais. Somando má administração com excesso de confiança, a gigante americana United Health foi se embora do Brasil, reclamando. Do mercado, vem a queixa de que de 2021 a setembro do ano passado, o setor teve um prejuízo operacional de R\$ 18 bilhões e isso resultará num enxugamento dos serviços. Tudo bem, mas em 2020, as operadoras lucraram R\$ 18,7 bilhões. Além disso, a Agência Nacional de Saúde informa que em 2023, 74% das empresas (705 operadoras) tiveram um lucro líquido de R\$ 2,9 bilhões.

Quem ficou no prejuízo deveria pesquisar a gestão da empresa em vez de reclamar, para tutelar a clientela. Além disso, todo o se-



tor padece da ausência adequada de controles de custos, confiando em fontes de advocacia aricular na ANS, no Congresso e nos escuinchos de Brasília.

A fundação de Curitiba

Seis anos depois de sua exposição, o escalafônico acordo da Petróbras com o Ministério Público de Curitiba voltou para a vitrine, empacotado numa decisão do corregedor Luis Felipe Salomão. Ele ressuscitou a

questão, decidindo afastar a juíza Gabriela Hardt da Vara Federal de Curitiba, que ratificou o acordo. O Conselho Nacional de Justiça, contudo, revogou a decisão.

O passado pode ser incerto, mas é sempre o mesmo. Em setembro de 2018, um primeiro acordo, assinado pela Petróbras com o Departamento de Justiça americano, estabeleceu que o equivalente a R\$ 2,5 bilhões seriam passados a "autoridades brasileiras". Essa expressão é usada duas vezes, e o texto não especifica que "autoridades" são essas. Os diretores de hospitais e de serviços funerários também são "autoridades".

Poucos meses depois, em janeiro de 2019, 12 procuradores de Curitiba assinaram outro acordo com a Petróbras e transferiram o erário para uma conta da Caixa Econô-

mica Federal de Curitiba, em nome do Ministério Público Federal. Ninguém se perguntou por que o dinheiro foi parar lá, e não para a Bolsa da Viúva, no Tesouro Nacional. A juíza Hardt homologou esse acordo e, em depoimento, disse que decidiu depois de uma mensagem "muito eventual", dada a urgência da questão.

Luis Felipe Salomão viu gatos nessa tuba. Além disso, expla a "gestão caótica" das finanças da todo-poderosa Vara de Curitiba. Caberá ao STF e ao CNJ dizer quanto havia de método naquele caso.

A migração dos R\$ 2,5 bilhões tramitou numa papelada protegida pelo mais alto grau de sigilo. A juíza Hardt homologou a migração esquecendo-se de consultar ou mesmo avisar aos outros agentes públicos. Isso num caso onde pelo menos uma ação caducou porque o advogado da parte interessada perdeu um prazo.

O erário cairia no cofre de uma fundação que poderia ser dirigida por um procurador aposentado. Exposta, a manobra morreu no Supremo Tribunal Federal. Lá, o ministro Alexandre de Moraes condenou sua moralidade.

A fundação de Curitiba teve outra particularidade. Enquanto tramitou, esteve protegida pelo sigilo. Depois que foi exposta à luz do sol, ficou sem pai, mãe ou defensores. Para o ministro Luis Roberto Barroso, a criação da fundação foi uma "ideia ruim". Nesse caso, foi a maior "ideia ruim" detidos os tempos, valendo R\$ 2,5 bilhões.

A bola foi e voltou, mas continua sem explicação como e por que esse dinheiro foi parar numa conta do MP de Curitiba.

CENSURA SIGILOSA

A divulgação, nos Estados Unidos, de decisões sigilosas do ministro Alexandre de Moraes mandando retirar mensagens das redes sociais criou uma situação embaraçosa para a Justiça brasileira.

Algumas ordens seguiram um texto padronizado e diziam:

"Tendo em conta a natureza confidencial destes processos, devem ser tomadas as medidas necessárias para mantê-los (em sigilo). Sem mais delongas, aproveito a oportunidade para renovar minhas expressões de elevada estima e consideração".

Faltava estima e consideração quando não se diz por que uma mensagem deve ser cancelada.

O gabinete do ministro informou que as decisões são fundamentadas. Se há fundamentação, nada impedia que junto com a proibição, seu link fosse anexado ao ofício.

Durante a ditadura, os censores eram explícitos. Em 1972, por exemplo, eles determinaram:

"Nenhuma referência, contra ou a favor de Dom Helder Câmara."

O SONHO DAS CONTAS

Desde a semana passada, quem duvidar das previsões do Ministério da Fazenda para o equilíbrio das contas públicas não pode mais ser acusado de bolsonarismo, vendido ao mercado ou desmancha-prazeres.

Quem duvida dessas metas é o Fundo Monetário Internacional.

Em geral, o FMI acredita em horóscopos, desde que não se exagere.

Pedido de Bolsonaro para rever multa é negado no STF

Ex-presidente foi condenado pelo TSE a pagar R\$ 70 mil por vídeo impulsionado contra Lula em 2022

BERNARDO LIMA E DANIEL GULLINO
jornalistas do GLOBO

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou decisão do ministro Flávio Dino e negou um pedido da defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para anular uma multa de R\$ 70 mil que foi imposta pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Dino tomou essa decisão há um mês, e o caso foi levado para análise dos demais ministros. O julgamento em plenário virtual da turma da Corte que tratou desse assunto foi finalizado ontem.

O TSE impôs a multa a Bolsonaro durante a campanha eleitoral de 2022, pelo fato de o ex-presidente ter impulsionado um vídeo com ataques ao então candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Segundo a Justiça Eleitoral, a ação foi irregular porque só podem ser patrocinadas publicações de promoção de uma candidatura, e não de crítica.

O entendimento de Flávio Dino foi acompanhado pelos ministros Alexandre de Moraes, Carmen Lúcia e Luiz Fux. O ministro Cristiano Zanin, que foi advogado do presidente Lula, se declarou impedido de analisar o recurso da defesa de Bolsonaro.

De acordo com a decisão do TSE, também não havia

na peça em questão a identificação da campanha do então presidente, que disputava a reeleição. O cálculo do valor da multa foi equivalente ao dobro do que foi gasto no impulsionamento (R\$ 35 mil).

SEM REVISAR PROVAS

Relator do caso, Dino citou a jurisprudência estabelecida no STF de que não é possível reanalisar as provas citadas na decisão do TSE. Por isso, não seria possível avaliar a alegação da defesa de Bolsonaro de que a punição foi desproporcional.

"Para concluir de forma diversa, no sentido de que não ocorreram publicidades negativas e as demais irregularidades, bem como avaliar a proporcionalidade, ou não, entre as condutas censuradas e a sanção aplicada seria necessário revisitar o caderno probatório dos autos", escreveu o ministro no parecer que acabou acolhido pela Primeira Turma do Supremo.

CLASSIFICADOS DO RIO IMÓVEIS

COMPRA • VENDA • ALUGUEL • COMERCIAL • ALTO PADRÃO • AVALIAÇÃO

PROCURA UM IMÓVEL COMERCIAL?

CONFIRA DIFERSAS OFERTAS NO
CADERNO DOS CLASSIFICADOS DO RIO.

CENTRO R\$3.900.000 Ideal colégio, clínicas, prédio 1.200m², 40 apartamentos, elevador, recepção, sala, 23va. andar, mezanino, terraço, quadra, cantina, 6 banheiros, vov. ve. sergicastro.com.br C250 Tels: 97010-4794/2557-6868 Scv12119

COPACABANA R\$280.000 R. Barata Ribeiro junto Siqueira, próximo Praia, Metrô. Sala 34m², reformada, chão, ar-cond., ar split. sergicastro.com.br C250 Tels: 99052-7726/2272-4400 Scv6711

CASCADURA R\$1.000.000 Localização estratégica! R. Cinqüenta Dattos, Lota 24m², 15m frente, movimento intenso, constante pedestre, loja junto Hipermarcado. sergicastro.com.br C250 Tels: 99052-7726/2272-4400 Scv6739